

Gestão e desenvolvimento

O desenvolvimento permanente e sustentável implica a existência de uma classe de empresários decididos, obstinados e conscientes de seu papel como agentes de inovação e mudança. É imprescindível, também, que o Estado – e aí entende-se o setor público como um todo – cumpra seu papel fundamental de provedor de serviços sociais de qualidade e infra-estrutura básica, além de ajudar na manutenção de um ambiente institucional favorável ao cumprimento das obrigações pactuadas entre os diversos agentes econômicos.

É evidente que o Estado poderia fazer muito mais do que isso, a exemplo do que fez em outros momentos históricos, sendo um agente ativo no aumento da capacidade produtiva de setores como energia, telecomunicações, aço e outros. Entretanto, premido pela crise fiscal, no presente, a tendência é que o setor público concentre suas energias naquelas atribuições fundamentais, de modo que as demais atividades econômicas possam ser assumidas e implementadas pelo setor privado.

Longe de ser uma posição de natureza ideológica ou política, essa definição é o reconhecimento de uma realidade imposta pelas limitações contributivas da sociedade. Em suma, cabe ao Estado melhorar seu desempenho em termos de eficiência e produtividade. Ou seja: fazer mais com menos.

Preocupado em encontrar alternativas para enfrentar essa nova realidade, o Sindaf deu continuidade, nesse segundo semestre, ao Projeto Repensando o RS, ouvindo lideranças empresariais e especialistas em economia e gestão pública. Num primeiro momento, reunimos as lideranças empresariais da construção civil e da construção pesada de nosso Estado. Mais adiante, contamos com a presença dos representantes das mais importantes entidades empresariais gaúchas: Fiergs, Farsul, Federasul e Fecomércio.

Em seguida, no Seminário Governabilidade e Eficiência no Setor Público, os especialistas Fabio Giambiagi, do BNDES, Cláudia Costin, ex-Ministra da Administração, e o economista Cláudio Accurso debateram o ce-

nário macroeconômico, desenharam estratégias de desenvolvimento e indicaram caminhos para a melhoria dos padrões de gestão pública no Estado.

O balanço das reflexões realizadas por todos os nossos convidados revelou um ponto de convergência: é preciso que o estado, além de atuar fortemente no sentido do equilíbrio de suas contas, com a geração de superávit primário, dê uma atenção especial à reforma gerencial. A resposta às demandas sociais depende, essencialmente, dessa providência, uma vez que os mecanismos tradicionais de financiamento do gasto público estão inacessíveis. É preciso, agora, imperativamente, obter-se ganhos de produtividade e eficiência na gestão pública. Se o Estado gaúcho for capaz de cumprir, ainda que parcialmente, com essa tarefa, estará dando uma grande contribuição na geração de um ambiente mais propício ao desenvolvimento.

Janice Mayer Machado
Presidente do Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas do Rio Grande do Sul – SINDAF.